



**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE
INTERNO – RELOCI – CONTAS DE GOVERNO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Geral

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Gestor Responsável: Eduardo José Ramos

Exercício: 2025

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo, em conformidade com a Instrução Normativa TCE-ES Nº 68/2020.

1 Itens de Abordagem prioritária						
1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Relatórios contábeis; Sistema informatizado contábil.	CRFB/88, art. 168	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Repasse de recursos financeiros concedidos à Câmara Municipal.	Relatório contendo os repasses concedidos dos 12 meses à Câmara Municipal.
1.2 Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Avaliação Atuarial Realizada pelo RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS data-base dezembro/2025
1.2.14	Equilíbrio			Avaliar, no RPPS onde for	Relatório da	Relatório da



	financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Avaliação Atuarial Realizada pelo RPPS; Alíquota do plano de custeio.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	verificado desequilíbrio financeiro e atuarial se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS data-base dezembro/2025
--	--	---	--	--	--	--

1.3 Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis	Balanço Patrimonial; Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil.	Montante da dívida ativa	Montante da dívida ativa nos relatórios disponibilizados pela Gerência de Tributação.
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Medidas de cobrança de dívida ativa.	Medidas de cobrança de dívida ativa realizadas em 2025.

1.4 Limites Constitucionais e Legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e Prestações de constas mensais enviadas pela Contabilidade.	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.	Totalidade dos valores evidenciados no demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e Prestações de constas mensais enviadas pela Contabilidade.	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência e aplicação de recursos do FUNDEB.	Totalidade dos recursos transferidos e aplicados do FUNDEB, com base no demonstrativo 8 do RREO da LRF.
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e prestação de contas enviadas pela Contabilidade.	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e listagem de gastos com recursos próprios da saúde.	Demonstrativo 12 do RREO da LRF.



				cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.		
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Balancete de Receita do ano anterior, Base de cálculo de repasse ao legislativo e documentos de repasse ao legislativo.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Balancete da receita do ano anterior, base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse.	Balancete da receita do ano anterior, base de cálculo utilizada para repasse e documentos de repasse.

2 Itens de Abordagem Complementar

2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	PPA, LDO e LOA, bem como leis de alteração.	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Totalidade do PPA, LDO e LOA e leis de alteração.	Totalidade do PPA, LDO e LOA analisado via sistema contábil.
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de metas fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de metas fiscais.
2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais Conteúdo	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de metas fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de metas fiscais.
2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os	Lei de Diretrizes Orçamentária	Lei de Diretrizes Orçamentária



		seus anexos.		passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	para 2025 e seus anexos de riscos fiscais.	para 2025 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.8	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).
2.1.17	Transparência na Gestão – realização de audiências públicas	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	LC 101/2000, art.48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Lei Orçamentária Anual de 2025, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos.	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Lei Orçamentária Anual de 2025, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos	Lei Orçamentária Anual de 2025, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Ações de transparência dos atos de gestão e instrumentos de planejamento da ação governamental.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.



				Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.		
2.2.25	Transparência na gestão - Conteúdo do RREO	Demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentário.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentário.	Publicações bimestrais dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentário.
2.2.59	Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público	Portal da Transparência; Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	Publicações semestrais dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal.
2.2.60	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF	Portal da Transparência; Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal	Publicações semestrais dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal.

1.2. Constatações e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1 Itens de abordagem Prioritária			
1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.3	Da análise do relatório contendo os repasses mensais dos duodécimos ao legislativo municipal, constatou-se que foram realizados nos prazos legais, conforme previsto no § 2º, inciso II, art. 29-A da CF, alterado pela EC nº 58 de 2009.	Considerando que os repasses mensais dos duodécimos ao legislativo foram repassados nos prazos legais, nenhuma proposição ou alerta foi sugerido.	Regular.
1.2 Gestão Previdenciária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.13	A Avaliação Atuarial do IPASDM, realizada em 2026 com Base em dez/2025, demonstrou um déficit atuarial no item 7.6. Porém, o valor atual do plano de amortização adotado pelo município apresenta resultado superavitário. Ante o exposto, a Avaliação Atuarial informa no item 13.1.9 que o plano de custeio e amortização adotado pelo Município (Lei Municipal nº 3159/2024) pode ser mantido, considerando a expectativa de resultado superavitário.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a informação que o Plano de Custeio vigente pode ser mantido pois gerará um resultado superavitário, no estudo realizado.	Regular.
1.2.14	Da análise do Relatório de Avaliação Atuarial verificou-se que o plano de custeio e amortização já adotado em lei (Lei Municipal nº	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a informação que o Plano de Custeio	Regular.



	3159/2024) pode ser mantido, conforme item e 13.1.9 "Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial", não sendo necessária a realização de ajuste. Apresenta resultado superavitário em relação ao déficit atuarial existente.	vigente pode ser mantido pois gerará um resultado superavitário, no estudo realizado.	
1.3 Gestão Patrimonial			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.5	Da análise dos relatórios da dívida ativa elaborados pela Gerência de Tributação, e do Balanço Patrimonial da Prefeitura de Domingos Martins, verificou-se que os saldos estão em conformidade nos dois demonstrativos.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a conformidade dos saldos dos demonstrativos.	Regular
1.3.6	Da análise dos relatórios e documentos elaborados pela Gerência de Tributação, bem como consulta à Gerente responsável, verificou-se que estão sendo adotadas regularmente medidas, com vistas à cobrança da dívida ativa, emitindo notificação amigável ao contribuinte em dívida, e se não regularizado o débito, segue-se com o envio para protesto em cartório, e por fim, se ainda não quitado, providencia-se o envio para execução judicial. No ano de 2025 foi arrecadado o valor de R\$1.625.258,29 referentes a cobrança de dívida ativa.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a adequada adoção de medidas de cobrança de dívida ativa e demais créditos tributários.	Regular
1.4 Limites constitucionais e legais			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.4.1	Da análise do demonstrativo VIII do RREO previsto na LRF, constatou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na educação prevista no art. 212 da CF e Resolução nº. 238/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 30,30% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em educação.	Regular.
1.4.2	Da análise dos recursos transferidos para o FUNDEB e os valores aplicados, constatou-se o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 70% com profissionais da educação básica, conforme disposto no art. 26 da Lei 14.113/2020, apresentando índice de 75,50% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima de gasto com profissionais da educação básica.	Regular.
1.4.4	Da análise do demonstrativo XII do RREO previsto na LRF, verificou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na saúde, conforme disposto na LC 141/2012 e Resolução 248/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 19,39% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em saúde.	Regular.
1.4.7	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, a respeito do gasto com pessoal, dado que o valor (42,30%)	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.



	ficou abaixo do limite prudencial (51,3%) previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF.		
1.4.10	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Regular.
1.4.14	Da análise do balancete da receita do ano anterior e do relatório de repasse para o legislativo, que demonstram a base de cálculo do repasse efetuado ao legislativo municipal, constatou-se que o mesmo está dentro dos limites estabelecidos no § 2º do art. 29-A da CF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os repasses realizados estão de acordo com o disposto no § 2º do art. 29-A.	Regular.
2 Itens de Abordagem Complementar			
2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.1.1	Da análise da LDO para 2025 observou-se que suas diretrizes e metas e seus objetivos, estavam compatíveis com o PPA aprovado, e suas alterações, para o exercício. Houve alterações da LDO e PPA aprovados por lei.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade entre LDO e PPA.	Regular.
2.1.5	Da análise da LDO para 2025, constatou-se a presença do anexo de metas fiscais, estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de metas fiscais na LDO com as informações correspondentes.	Regular.
2.1.6	Da análise da LDO para 2025 e seus anexos, constatou-se que os demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais foram elaborados conforme Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os demonstrativos foram elaborados conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Regular
2.1.7	Da análise da LDO para 2025, constatou-se que a mesma evidenciou o anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de Riscos Fiscais na LDO.	Regular.
2.1.8	Da análise da LDO para 2025 e seus anexos, constatou-se que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado conforme Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Regular
2.1.10	Da análise da LOA 2025 observou-se alguns programas e atividades previstas na mesma que não constavam na LDO e PPA: Programas 2212;2215;2216;2217;2218;2219;2220;2221;3047;3048	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a compatibilidade das ações e programas da LOA com a LDO e o PPA.	Regular.



	Os novos programas e atividades foram incluídos por meio das Lei Municipal nº 3.168/2024 e 3.171/2024 no PPA 2022-2025 e LDO 2025.		
2.1.17	Foram realizadas no exercício 2025 audiências públicas para a elaboração do PPA 2026-2029 e LDO 2026, de forma presencial e através de consulta pública online.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a realização de audiências públicas para elaboração dos instrumentos de planejamento.	Regular.
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.2.11	Da análise da LOA e dos relatórios de despesas, verificou-se que não houve realizações de despesas que excederam os créditos orçamentários previstos e adicionais.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que as despesas previstas não excederam os créditos orçamentários previstos ou adicionais.	Regular.
2.2.13	Da avaliação dos créditos adicionais realizados no exercício de 2025, verificou-se que os mesmos foram previamente autorizados por lei, a Lei Orçamentária de 2025, Lei nº 3170/2024, bem como indicaram os recursos correspondentes. Foram abertos créditos adicionais por meio das Leis nº 3.191/2025 e 3200/2025.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que os créditos adicionais abertos no exercício de 2025, possuíam autorização legislativa e indicaram devidamente os recursos correspondentes.	Regular.
2.2.14	Da análise do relatório de créditos adicionais abertos, constatou-se que foram abertos mediante decreto do executivo, nos termos do art. 42 da Lei 4.320/64.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os créditos adicionais avaliados foram abertos por Decreto do Executivo.	Regular.
2.2.19	Da análise do relatório de créditos adicionais abertos no exercício de 2025, constatou-se que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Regular.
2.2.21	Da análise do site oficial da Prefeitura de Domingos Martins e Portal da Transparência foi possível verificar que são publicados os Relatórios previstos na LRF – RREO e RGF, e os instrumentos de planejamento da ação governamental (PPA, LDO e LOA), os balancetes mensais e os balanços anuais, bem como os previstos na LRF, RREO e RGF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que foi dada ampla divulgação, no Portal da Transparência do município, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo.	Regular.
2.2.25	Da análise dos demonstrativos publicados, no Diário Oficial dos municípios e Portal da Transparência, foram encontradas as publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que houve a publicação de todos os demonstrativos previstos.	Regular.
2.2.59	Da análise dos demonstrativos publicados, referentes ao exercício 2025, no Diário Oficial dos municípios e Portal da Transparência, houve a publicação tempestiva.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que foi dada ampla divulgação e tempestiva aos demonstrativos.	Regular.
2.2.60	Da análise dos demonstrativos publicados, no Diário Oficial dos municípios e Portal da	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que houve	Regular.



	Transparência, foram encontradas as publicações do Relatório de Gestão Fiscal.	a publicação de todos os demonstrativos previstos.	
--	--	--	--

1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Na elaboração da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2025; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025; nas Demonstrações Contábeis do Município, nos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 – LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal) e Balanços referentes ao exercício financeiro de **2025**.

A execução da despesa consolidada foi fixada no montante de **R\$ 228.500.000,00** (duzentos e vinte e oito milhões e quinhentos mil reais). No decorrer do exercício, foram abertos créditos adicionais que geraram uma despesa atualizada total de **R\$ 283.623.122,92** (duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e vinte e três mil, cento e vinte e dois reais e noventa e dois centavos).

Em relação à despesa fixada e executada na Lei de Orçamento para o exercício de 2025, bem como nos créditos adicionais abertos, observou-se uma economia na execução da mesma da ordem de **R\$ 44.046.682,10** (quarenta e quatro milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos), de acordo com tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa total atualizada	283.623.122,92
Despesa empenhada	239.576.440,82
Economia na execução da Despesa	44.046.682,10

Confrontando os dados da despesa executada com os de receita arrecadada, verificou-se que não houve déficit na execução orçamentária do exercício de 2025, mas sim, um superávit orçamentário consolidado de **R\$ 43.452.514,08** (quarenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quatorze reais e oito centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Total Arrecadada	283.028.954,90
Despesa Total Realizada	239.576.440,82
Superávit Orçamentário em 2025	43.452.514,08

Logo, no que se refere à gestão fiscal, constatou-se que o município superou a meta de arrecadação prevista para o exercício.



Sobre a programação dos instrumentos de planejamento da ação governamental, identificou-se que os programas e ações previstos no Plano Plurianual de 2022-2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2025 foram executados através do Orçamento Anual de 2025.

Por fim, em relação ao gasto com pessoal, constatou-se que o município não extrapolou o limite máximo previsto no art. 20 da LRF que é de 54%, nem tão pouco extrapolou o limite prudencial previsto no Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30%, ou o limite de alerta emitido pelo TCE-ES, apurando o percentual de **42,30%** no final do exercício.

Dessa forma, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do município de Domingos Martins no exercício de 2025, obedeceu aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.

1.4. Da Gestão Previdenciária

No que diz respeito à gestão previdenciária, constatou-se, por meio da análise dos demonstrativos contábeis apresentados na PCA de 2025, que o município recolheu de forma tempestiva todas as obrigações patronais a ele impostas, bem como efetuou o devido repasse ao Regime Próprio de Previdência – IPASDM e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS das contribuições retidas de servidores e terceiros, não incorrendo desta forma, em apropriação indébita e ausência de recolhimento de contribuição patronal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Eduardo José Ramos, Prefeito do Município de Domingos Martins, relativa ao exercício de 2025.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas está regular.

Domingos Martins – ES, 24 de março de 2026.

Franciele Luzia Holz

Controladora Geral Municipal – Matrícula nº 12640



PREFEITURA DE
**DOMINGOS
MARTINS**

Rua Bernardino Monteiro, 22, Centro
Domingos Martins-ES, CEP: 29.260-000
www.domingosmartins.es.gov.br